

Em Tese

PENSAR “PELA RAIZ”: CIÊNCIAS SOCIAIS, PENSAMENTO RADICAL E OS SENTIDOS DA ESQUERDA FRENTE À EXTREMA-DIREITA NO BRASIL

Thinking “from the root”: social sciences, radical thought, and the meanings of the left in the face of the far right in Brazil

Pensar ‘desde la raíz’: ciencias sociales, pensamiento radical y los sentidos de la izquierda frente a la extrema derecha en Brasil

André da Rocha Santos

Doutor em Sociologia

Instituto Federal de São Paulo, IFSP

Registro, SP, Brasil

andrerochasantos@ifsp.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-1825-0097>

RESUMO

Este artigo analisa a constituição do campo de estudos sobre o pensamento social e político no Brasil, com ênfase em seu desenvolvimento nas ciências sociais a partir dos anos 1970, destacando sua relevância para a compreensão crítica dos dilemas históricos do país. Em meio à diversidade de abordagens, o texto enfoca o pensamento radical, entendido como uma vertente que questiona as estruturas fundantes da ordem social, econômica e política. Vinculado a uma tradição crítica, esse pensamento articula interpretação e transformação, conectando teoria e prática social. O artigo também discute os sentidos contemporâneos da esquerda brasileira, suas fronteiras conceituais e os desafios colocados pela ascensão da extrema-direita. Sustenta-se que o legado das ciências sociais e do pensamento radical permanece fundamental para repensar criticamente o presente e formular alternativas políticas. Pensar “pela raiz” segue sendo, portanto, uma tarefa intelectual e política urgente.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento social brasileiro. Pensamento radical. Ciências sociais. Extrema-direita. Esquerda brasileira

ABSTRACT

This article analyzes the constitution of the field of studies on social and political thought in Brazil, with emphasis on its development within the social sciences since the 1970s, highlighting its relevance for the critical understanding of the country's historical dilemmas. Amid the diversity of approaches, the text focuses on radical thought, understood as a tradition that questions the foundational structures of the social, economic, and political order. Rooted in a critical perspective, this line of thought articulates interpretation and transformation, bridging theory and social practice. The article also discusses the contemporary meanings of the Brazilian left, its conceptual boundaries, and the challenges posed by the rise of the far right. It argues that the legacy of the social sciences and radical thought remains essential for critically rethinking the present and formulating political alternatives. Thinking “from the root,” therefore, remains an urgent intellectual and political task.

KEYWORDS: Brazilian social thought. Radical thought. Social sciences. Far right. Brazilian left.

RESUMEN

Este artículo analiza la constitución del campo de estudios sobre el pensamiento social y político en Brasil, con énfasis en su desarrollo en las ciencias sociales a partir de los años 1970, destacando su relevancia para la comprensión crítica de los dilemas históricos del país. En medio de la diversidad de enfoques, el texto se centra en el pensamiento radical, entendido como una vertiente que cuestiona las estructuras fundamentales del orden social, económico y político. Vinculado a una tradición crítica, este pensamiento articula interpretación y transformación, conectando teoría y práctica social. El artículo también discute los sentidos contemporáneos de la izquierda brasileña, sus fronteras conceptuales y los desafíos planteados por el ascenso de la extrema derecha. Se sostiene que el legado de las ciencias sociales y del

pensamiento radical sigue siendo fundamental para repensar críticamente el presente y formular alternativas políticas. Pensar “desde la raíz” sigue siendo, por tanto, na tarea intelectual y política urgente.

PALABRAS CLAVE: Pensamiento social brasileño; Pensamiento radical; Ciencias sociales; Extrema derecha; Izquierda brasileña

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, consolidou-se nas ciências sociais brasileiras um campo específico de estudos dedicado ao pensamento social e político do país. Fruto de um esforço coletivo de sistematização e interpretação crítica, esse campo tem contribuído para renovar a compreensão dos dilemas históricos nacionais, articulando análises sobre a formação da sociedade brasileira, os sentidos da modernidade periférica, a constituição do Estado e os conflitos de classe, raça e gênero. A partir dos anos 1970, em meio a um contexto de autoritarismo e repressão, diversos intelectuais passaram a investigar de forma mais sistemática a tradição interpretativa brasileira, fundando linhas de pesquisa que, até hoje, seguem sendo referências centrais no debate acadêmico e político.

Entre as múltiplas vertentes que compõem esse campo, uma se destaca por sua força crítica e vocação transformadora: o pensamento radical. Inspirado por uma concepção que remete a Marx – para quem “ser radical é agarrar a coisa pela raiz” –, esse tipo de reflexão recusa explicações superficiais ou conciliatórias e busca compreender as estruturas profundas da dominação social, econômica e política. Autores como Antonio Cândido e Michael Löwy contribuíram decisivamente para delimitar esse horizonte teórico, em que a crítica se articula ao compromisso com a transformação. No Brasil, essa tradição não apenas interpretou as contradições históricas, mas buscou transformá-las, aliando engajamento político e rigor analítico.

Ao recuperar esse legado, este artigo propõe uma reflexão sobre os sentidos da esquerda brasileira na contemporaneidade. Para isso, parte-se inicialmente da reconstrução histórica da formação do campo de estudos sobre o pensamento social e político no Brasil, destacando o papel dos(as) intelectuais, das instituições e das linhas de pesquisa que estruturaram esse domínio de investigação (Seção 2). Em seguida, examina-se o pensamento radical como uma das correntes mais significativas desse campo, explorando suas origens, suas contribuições críticas e sua atualidade teórica e política (Seção 3). O texto também analisa os impactos da ascensão da extrema direita e do discurso antipolítico no Brasil recente, marcados por uma ruptura democrática que fragilizou as formas tradicionais de representação e mobilização (Seção 4). Por fim, busca-se discutir



os desafios enfrentados pela esquerda brasileira hoje, revisitando conceitos, redefinindo fronteiras e avaliando perspectivas de ação transformadora (Seção 5).

Do ponto de vista metodológico, o artigo adota uma abordagem teórico-analítica e interpretativa, combinando a análise conceitual com a reconstrução histórica de um campo específico das ciências sociais brasileiras: os estudos sobre o pensamento social e político. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa e interpretativa, fundamentada em revisão bibliográfica e na análise de obras e tradições intelectuais que expressam a vertente do pensamento radical no Brasil. A pesquisa orienta-se pela articulação entre história intelectual e crítica social. Ao privilegiar esse enfoque, pretende-se não apenas destacar o papel simbólico dos autores e autoras selecionados, mas também situá-los em seus contextos históricos e políticos, de modo a iluminar os desafios contemporâneos enfrentados pela esquerda brasileira.

Nesse sentido, pensar “pela raiz” é mais do que um exercício analítico: trata-se de uma tarefa intelectual e política fundamental. Ao articular a história das ciências sociais brasileiras, o pensamento crítico e os desafios da esquerda, o artigo convida à retomada de uma tradição que não se limita à denúncia das injustiças, mas que projeta possibilidades de transformação. Em um momento em que a crítica parece esvaziada e a ação política fragmentada, recuperar a potência do pensamento radical significa reativar a capacidade de imaginar outros futuros possíveis para o país.

2. A FORMAÇÃO DE UM CAMPO DE PESQUISA: INTELECTUAIS, INSTITUIÇÕES E O ESTUDO DO PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO NO BRASIL

Nas últimas décadas tem crescido substancialmente a área de pesquisa dedicada a investigar o pensamento brasileiro. Instituições e pesquisadores de enfoques teóricos diversos munidos de experiência e trabalho analítico sistemático nas ciências sociais institucionalizada vem de forma consistente examinando a história intelectual do país e “produzindo uma quantidade respeitável de análises, pesquisas empíricas e historiográficas, interpretações teóricas que têm contribuído para renovar nosso conhecimento dos padrões e dilemas fundamentais da sociedade e da política brasileiras” (Brandão, 2005, p. 231).

Delineado em meados do século passado, o estudo do nosso pensamento recebeu particular atenção nos anos 1970. Em artigo sobre o estado da arte da referida área, seus autores recordam dois projetos de pesquisa frequentemente citados como referência nas

ciências sociais brasileiras, realizados por Octavio Ianni e Wanderley Guilherme dos Santos (Brasil Jr.; Jackson; Paiva, 2020). Reconhecidos nos meios acadêmicos por sua importância como pais fundadores da moderna sociologia e da moderna ciência política no país, ambos deram contribuição decisiva também, em suas respectivas áreas, para o estudo do pensamento brasileiro.

Em São Paulo, no início da década de 1970, Octavio Ianni inaugurou uma vertente de investigação denominada “sociologia da sociologia”, voltada ao exame e à discussão do pensamento social brasileiro e latino-americano no contexto do ciclo político autoritário. Esse esforço interpretativo teve continuidade nas décadas seguintes, nas diferentes instituições em que atuou como pesquisador e professor, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nesses espaços, desenvolveu uma ampla produção com inúmeros orientandos, artigos científicos e obras voltadas a essa linha de pesquisa, entre as quais se destacam *Sociologia da sociologia latino-americana* (1971), *Sociologia e sociedade no Brasil* (1975), *Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro* (1989), *A ideia de Brasil moderno* (1992) e *Pensamento social no Brasil* (2004) (Ianni, 2004; Bastos, 2009).

No Rio de Janeiro, aproximadamente na mesma época, Wanderley Guilherme dos Santos contribuiu para a fundação do campo de estudos sobre o pensamento político brasileiro, ao destacar a necessidade de uma revisão sistemática da tradição político-intelectual precedente. Após tornar-se professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passou a produzir uma obra expressiva dedicada ao tema, com livros e artigos que se tornaram referências fundamentais. Entre suas principais obras, destacam-se *A imaginação político-social brasileira* (1967), *Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira* (1975), *A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa* (1978), *Ordem burguesa e liberalismo político* (1978), *Paradoxos do liberalismo* (1988) e *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)* (2002) (Santos, 2017; Lynch, 2020).

Após a vertente aberta por esses autores, outros balanços foram paulatinamente sendo realizados, acompanhando a diversificação do campo de estudo que, como apontou Gildo Marçal Brandão (2005), vem sendo chamado, com maior ou menor propriedade, de “pensamento social no Brasil”, “pensamento político brasileiro” ou, ainda, numa junção das duas expressões, “pensamento social e político brasileiro”. Um exemplo clássico é o

balanço realizado por Maria Tereza Sadek, *Análises do pensamento social e político brasileiro*, de 1982.

Esta última expressão – pensamento social e político brasileiro – será a adotada aqui, corroborando a percepção de outros autores que, da mesma forma, a utilizam como referência, como Botelho e Lahuerta (2005), Godoy e Freitas Jr. (2019), Perruso (2020) e Englander, Ricupero, Helayel e Belinelli (2024). Ainda segundo Brandão (2005), a área de pesquisa chegava à maturidade nos anos 1990, constituindo-se em uma das mais produtivas áreas das ciências sociais no Brasil.

Sobre sua importância, escreveram Lilia Schwarcz e André Botelho (2011):

(...) aproximando questões do passado às indagações contemporâneas, a área comprehende pesquisas voltadas tanto para as grandes temáticas de estudo da formação da sociedade brasileira nas várias dimensões desse processo, que se irradiam pelas questões da modernização, modernidade e mudança social, construção e transformação do Estado-nação, cultura política e cidadania; quanto para as diferentes modalidades de produtores e de produção intelectual e artística em sentido amplo (literatura, artes plásticas, fotografia, cinema, televisão e teatro) e da própria cultura como sistema de valores e formas de linguagem (Schwarcz; Botelho, 2011, p. 12).

Para a tarefa de “pensar nosso pensamento” tem contribuído igualmente o Comitê de Pesquisa “Pensamento Social no Brasil” ligado à Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), assim como a Área Temática “Pensamento Político Brasileiro” vinculada à Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Isso sem esquecer das análises realizadas nos Grupos de Trabalho dedicados ao pensamento brasileiro no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), cujo o mais antigo deles, o de Pensamento Social no Brasil, se reúne regularmente desde 1981.

Todo esse contexto intelectual produziu importantes investigações e forneceu uma ideia ampla do que estava acontecendo nas formas de pensar o Brasil. Permitiu, desse modo, uma expansão rigorosa e autoconsciente do campo e uma plataforma intelectual sobre a qual os estudos pudessem avançar. Dentre os diversos caminhos trilhados nesse processo, interessa-nos aqui aquele em que a reflexão social se entrelaça com um impulso transformador, voltado à crítica das estruturas vigentes – o pensamento radical.

3. PENSAMENTO RADICAL NO BRASIL: ORIGENS, SENTIDOS E CONTRIBUIÇÕES CRÍTICAS



Para os propósitos desta reflexão, não se aborda aqui o pensamento social e político de maneira ampla. O foco recai sobre uma vertente específica: o pensamento radical, conforme formulado por Antonio Cândido e Michael Löwy. A análise desse tipo de pensamento concentra-se naqueles que, a partir de uma visão crítica, questionaram as bases da ordem social e política estabelecida.

Segundo Karl Marx, na *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843), “ser radical é agarrar a coisa pela raiz” (Marx, 2010 [1843], p. 151). Ao longo da história intelectual brasileira, alguns autores trilharam esse caminho, desafiando “pela raiz” as contradições históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais do país.

Nesse sentido, a partir das reflexões de Cândido revela-se uma alternativa sólida para estabelecer uma convergência teórica entre a concepção de “pensamento social e político brasileiro” e a ideia de “pensamento radical”. Antonio Cândido – ele próprio um expoente dessa radicalidade – ofereceu contribuições significativas para a compreensão das principais características dessa perspectiva.

Uma de suas formulações refere-se ao “pensamento radical de classe média”, tema abordado em entrevista concedida em 1974:

Naqueles decênios de [19]30 e [19]40, formou-se aqui, além do pensamento de esquerda, que atingiu setores mais restritos, um pensamento radical de classe média, que envolveu mesmo a maior parte dos socialistas e comunistas e, a meu ver, representou um enorme progresso (Cândido, 2011 [1974], p. 5).

Segundo o crítico, as condições institucionais e intelectuais criadas pela Faculdade de Filosofia da USP foram determinantes para a emergência desse pensamento em sua geração. Tal conjuntura favoreceu o espírito crítico e a visão progressista, permitindo, por exemplo, a ampliação dos estudos sociais sobre a população negra e as camadas populares. Cândido sintetizou essa análise no mesmo depoimento, ao contextualizar o surgimento do pensamento radical no qual ele próprio se formou:

E é a tudo isso que chamo genericamente de “pensamento radical”, sem fazer caso dos matizes. A partir do decênio de 1930, ele foi a primeira formulação coerente, em nível institucional, da classe média progressista, que neste modo se exprimiu, não como cúmplice da oligarquia, mas como categoria autônoma. Para muitos, isso parecerá ridículamente pequeno-burguês. Mas, em perspectiva histórica, é muito ponderável e positivo, porque significa a radicalização da classe média nas instituições culturais,



com todo o deslocamento para a frente que isto implica em relação às posições tradicionais (Candido, 2011 [1974], p. 5).

Candido voltou ao tema em outras entrevistas e textos. Tendo vivenciado dois períodos autoritários – o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985) – refletiu sobre diferentes formas de engajamento. Em *Radicalismos de ocasião* (1978), por exemplo, referiu-se àqueles sujeitos sem compromisso explícito com a revolução, mas que, “nalgum período ou apenas nalgum instante da vida, fez[eram] alguma coisa por ela: uma palavra, um ato, um artigo, uma contribuição, uma assinatura, o auxílio a um perseguido” (Candido, 2007 [1978], p. 77). E prossegue:

Às vezes tudo isso acontece por causa de uma ocorrência marcante, que chama a atenção de todos e abre os olhos de alguns, suscitando pronunciamentos de quem menos se espera, onde menos se esperaria (Candido, 2007 [1978], p. 77).

Dez anos depois, na conferência *Radicalismos*, realizada no Instituto de Estudos Avançados da USP, ofereceu uma formulação mais abrangente:

Pode-se chamar de radicalismo, no Brasil, o conjunto de ideias e atitudes formando contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou. (...) Digo que o radicalismo forma contrapeso porque é um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes, em oposição ao modo conservador (Candido, 2004 [1988], p. 193–194).

Nessas formulações sobre pensamento radical e radicalismo, destaca-se a ideia de um *ethos* geracional, ou seja, a constituição de uma *intelligentsia* crítica situada mais à esquerda, que atravessou o século XX combatendo ditaduras e formulando interpretações ancoradas em uma perspectiva social, democrática e libertária. Como afirmou o próprio autor:

Confesso que, por toda a minha vida, mesmo nos momentos de mais agudo esteticismo, nunca fui capaz de perder a preocupação com os fatores sociais e políticos, que obcecaram a minha geração (...) (Candido, 2011 [1974], p. 6).

Ou ainda:



[O radical] serve à causa das transformações viáveis em sociedades conservadoras como a nossa, cheias de sobrevivências oligárquicas, sujeitas ainda por muito tempo à interferência periódica dos militares (Candido, 2004 [1988], p. 5).

Michael Löwy (1979) oferece contribuições teóricas adicionais ao debate, ao propor outra acepção do termo “radical”. Analisando a evolução política do jovem Lukács, Löwy identifica fatores que levam intelectuais à crítica anticapitalista, entre eles o trauma ético-cultural, isto é, a ruptura provocada por determinadas conjunturas sociais e históricas:

Para Lukács e sua geração, a Primeira Grande Guerra foi, provavelmente, a demonstração mais clara do abismo existente entre as tradições humanistas da cultura clássica e a realidade concreta da sociedade burguesa e do mundo capitalista (Löwy, 1979, p. 7).

Dessa forma, reforça-se essa segunda acepção da radicalidade: o trauma ético-cultural como catalisador da tomada de posição intelectual. Foi o que ocorreu com Lukács ao optar por um caminho socialista, em contraposição ao fascismo emergente:

Tal radicalização pode eventualmente levar uma fração da pequena burguesia e da intelligentsia, que se encontra à frente no combate pela liberdade e pela democracia, a romper violentamente com a burguesia e a se tornar socialista (Löwy, 1979, p. 5).

A tradição intelectual que buscou interpretar e transformar criticamente a realidade brasileira no século XX inclui nomes como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Antonio Cândido, Florestan Fernandes, Jacob Gorender, Nelson Werneck Sodré, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Milton Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos. Mais recentemente, outros autores/as passaram a ser reconhecidos nessa discussão, como Octavio Ianni, Clóvis Moura, Carlos Nelson Coutinho, Abdias Nascimento, Leandro Konder, Luiz Werneck Vianna, Maria da Conceição Tavares, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Heleith Saffioti, Elisabeth Souza-Lobo, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento¹.

As reflexões desses intelectuais abarcaram temas cruciais à compreensão das contradições brasileiras: colonização e suas heranças estruturais, rural e urbano, subdesenvolvimento e desenvolvimentismo, ciclos econômicos, formação do Estado e da

¹ O devido reconhecimento a alguns desses intelectuais tem ocorrido apenas nas últimas décadas. Embora fundamentais, por muito tempo permaneceram à margem das narrativas dominantes e, em muitos casos, ainda não foram plenamente incorporados pelo meio acadêmico.

identidade nacional, direitos sociais, mundo do trabalho, democracia, cidadania e movimentos sociais. Frequentemente, suas análises foram orientadas por um compromisso crítico com as desigualdades estruturais do país.

Esses debates não apenas enriqueceram o pensamento social e político brasileiro, como também fomentaram intensas disputas no campo da cultura política nacional. A abordagem crítica dessa *intelligentsia* frequentemente tensionou as narrativas hegemônicas, oferecendo interpretações alternativas sobre classes sociais, exclusão e resistência.

A trajetória desse pensamento, bem como suas experiências históricas concretas, influenciou decisivamente ideias e ações de diversos intelectuais brasileiros – tanto no campo político quanto no intelectual. No plano político, os autores citados seguiram caminhos diversos, vinculando-se a diferentes contextos históricos, correntes ideológicas e fases da esquerda brasileira no século XX². No plano intelectual, contudo, é possível identificar traços comuns: todos, em maior ou menor grau, se envolveram com tradições críticas de esquerda e buscaram interpretar o Brasil sob perspectivas críticas, radicais ou revolucionárias.

Coletivamente, podem ser considerados representantes autênticos da esquerda intelectual brasileira. Vindos de distintas áreas do conhecimento, utilizaram referenciais e metodologias variadas. Em comum, recorreram de forma criativa ao pensamento radical para elaborar críticas profundas ao lugar subalterno do Brasil na ordem capitalista – tanto nos domínios social, econômico e político quanto nos campos da cultura, da educação, da literatura, da história e do território.

4. A ERA DA ANTIPOLÍTICA: RUPTURA DEMOCRÁTICA E ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL RECENTE

A compreensão das contribuições da esquerda intelectual brasileira não se encerra em seu papel na elaboração de diagnósticos críticos sobre o país. Ao longo do século XX, essas formulações também influenciaram diretamente os embates políticos e ideológicos, alimentando projetos de transformação social e resistência aos ciclos autoritários da história nacional. Assim, para além de seu valor analítico, esse pensamento crítico dialoga com os dilemas do presente, especialmente diante do cenário atual, marcado pela ascensão da

² Mais adiante, será discutido com maior precisão o que se entende por “esquerda” neste trabalho.

antipolítica e do autoritarismo. É nesse contexto que se torna necessário examinar a conjuntura recente do Brasil, em que se observa o enfraquecimento da democracia representativa e o avanço de forças políticas de extrema-direita – fenômenos que remetem a experiências históricas anteriores, mas que assumem contornos próprios neste início do século XXI.

De forma bastante breve, podemos dizer que o cenário atual guarda semelhanças com a conjuntura de quase cem anos atrás, quando a crise econômica e social de 1929 abriu caminho para soluções políticas autoritárias, como o fascismo italiano, o nazismo alemão e o stalinismo soviético, influenciando diversos países – inclusive o Brasil, com o movimento integralista e a ditadura do Estado Novo (1937–1945).

Neste primeiro quarto do século XXI, a crise financeira de 2008 parece ter sido uma das forças motrizes de uma série de insatisfações e contestações globais à democracia liberal e ao modelo de representação política vigente. No período entreguerras, a disseminação do ideário autoritário foi potencializada por jornais, rádio, cinema e, posteriormente, pela televisão. No presente, a internet e as redes sociais somaram-se a esses meios, acelerando e amplificando a circulação de discursos extremistas.

Do ponto de vista político, Manuel Castells (2018) denominou o atual momento como uma *ruptura* na relação entre governantes e governados, marcada pela desconfiança generalizada nas instituições e pela consequente deslegitimização da representação política. Dessa conjuntura, emergiram, em países como Estados Unidos, Brasil e importantes nações da Europa e da Ásia, mobilizações populares contrárias ao sistema de partidos e à democracia parlamentar. A partir da lacuna aberta por essa rejeição, surgiram lideranças políticas dispostas a repudiar as formas tradicionais de mediação política e a propor alternativas de natureza antidemocrática.

No Brasil, as manifestações que eclodiram em junho de 2013 iniciaram um processo massivo de confronto às instituições políticas. Segundo Angela Alonso (2017), durante os protestos, os manifestantes estruturaram suas performances políticas a partir de três modelos organizacionais principais: (1) o ideário socialista, expresso em bandeiras vermelhas e palavras de ordem; (2) o agrupamento autonomista, inspirado em movimentos por justiça global e com traços anarquistas; e (3) o repertório patriótico – o menos perceptível em 2013 –, que mobilizou símbolos nacionais e resgatou a agenda anticorrupção, fortemente impulsionada pelo discurso midiático da Operação Lava Jato.

O desfecho desse processo é conhecido: a proliferação e fortalecimento de grupos liberais e reacionários, como Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre e Revoltados Online,



que, em aliança com partidos tradicionais de direita e setores da mídia conservadora, influenciaram a opinião pública em favor de um golpe parlamentar para destituir a presidente Dilma Rousseff, reeleita em 2014 no quarto mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Não é objetivo deste artigo detalhar esses eventos, tarefa já amplamente realizada por autores como André Singer (2018), Luis Felipe Miguel (2019) e Fernando Limongi (2023). O fato é que o afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff em 2016 encerrou um ciclo de relativa estabilidade democrática iniciado com a redemocratização, passando pela eleição de Tancredo Neves (1985), o governo de José Sarney (1985–1990), a promulgação da Constituição de 1988, a eleição e impeachment de Fernando Collor (1989–1992), o governo de Itamar Franco (1992–1994), os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016).

O colapso democrático de 2016, com a interrupção da segunda gestão Dilma sem um crime de responsabilidade que fundamentasse o processo, marcou o fim da chamada Nova República e abriu caminho para uma nova etapa da história política brasileira: o governo ilegítimo de Michel Temer (2016–2018), a prisão arbitrária de Lula em 2018 – orquestrada pela Operação Lava Jato e pelo então juiz Sérgio Moro – e a consequente eleição de Jair Bolsonaro, representante da extrema-direita, com Moro como seu Ministro da Justiça.

A insatisfação manifestada em 2013 foi alimentada pela criminalização da política promovida pela Lava Jato, em conluio com setores da mídia, e aprofundada pelos maus resultados econômicos entre 2015 e 2018. O antipetismo, antes restrito ao PSDB nas disputas eleitorais com o PT (1994–2014), tornou-se difuso. Sem dono, foi apropriado por Bolsonaro, que se mostrou o candidato mais apto a canalizar o ressentimento e a raiva contra a política. Foi a vitória da antipolítica, do ódio à democracia (Miguel, 2021).

Nem mesmo a série de reportagens da *Vaza Jato*, que revelou as manobras ilegais que levaram à prisão de Lula – e, posteriormente, à sua soltura e reabilitação política, culminando em sua eleição em 2022 à frente de uma frente ampla –, foi capaz de reverter integralmente os efeitos dessa nova configuração, marcada por uma polarização violenta e inédita. O episódio mais emblemático dessa radicalização foi a insatisfação dos derrotados nas eleições de 2022, que culminou nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023: invasões, depredações e ataques às sedes dos três Poderes em Brasília.



Essa divisão radicalizada – em que um campo político simplesmente se recusa a reconhecer a legitimidade do outro – foi intensificada pelas redes sociais e consolidada durante o governo Bolsonaro, que, apesar da má gestão da pandemia, do negacionismo científico, da perseguição a intelectuais e artistas, do incentivo às armas e ao desmatamento, e do confronto com o Judiciário, conseguiu manter considerável apoio popular. O advento e o papel das tecnologias de informação e comunicação, especialmente por meio das redes sociais e da internet como um todo, tornaram-se fatores essenciais na disseminação de informações e na formação de bolhas informacionais. Nos dias atuais, as *fake news* e a desinformação são difundidas de forma frequente nas mídias digitais, contribuindo para a polarização e para a sustentação de narrativas antidemocráticas.

Nesse cenário de radicalização política e deslegitimação institucional, os desafios da esquerda tornaram-se ainda mais complexos. A ascensão da extrema-direita reconfigurou o sistema político e colocou em xeque os valores e projetos historicamente defendidos pelas forças progressistas. Embora a esquerda tenha conseguido articular uma frente ampla vitoriosa em 2022, ainda enfrenta o desafio de reconstruir sua credibilidade, formular alternativas viáveis e reconectar-se com setores amplos da sociedade. Por isso, é fundamental retomar os debates sobre os sentidos da esquerda, suas fronteiras conceituais e sua capacidade de articulação política e ideológica em tempos de crise.

5. A ESQUERDA EM PERSPECTIVA: CONCEITOS, FRONTEIRAS E DESAFIOS

Diante da contribuição do pensamento radical na formulação de diagnósticos críticos sobre a realidade brasileira, torna-se necessário examinar mais detidamente os fundamentos teóricos e políticos que orientaram suas intervenções. Muitos desses autores se identificaram, em distintos momentos e graus, com projetos de transformação social vinculados ao campo da esquerda. Mas o que se entende, afinal, por “esquerda”? Como essa categoria foi pensada no contexto brasileiro por intelectuais que também refletiram criticamente sobre suas fronteiras e sentidos?

A partir da análise de contribuições elaboradas por pensadores das ciências sociais brasileiras, busca-se aqui explorar as distintas definições, tensões e desafios associados ao conceito de esquerda, compreendendo-o não como um bloco unificado, mas como um campo marcado por pluralidade ideológica e disputas históricas.

No que diz respeito ao sentido da esquerda, Gabriel Cohn propôs uma definição significativa, que aqui se busca recuperar:



Por mais vagos que sejam esses termos, a expressão *esquerda*, em política, evoca de imediato duas ideias: a de exigência de mudanças na sociedade e a de uma ação de base popular. É nessa concepção ampla do termo que ela se opõe à *direita*, concebida como conservadora e ligada aos interesses de minorias privilegiadas. Variam as reações, pessoais ou de grupos, diante do seu significado – pode ser uma esperança ou uma ameaça —, mas, de uma forma ou de outra, essas duas características estão presentes (Cohn, 1965, p. 132-133, grifos do autor).

O sociólogo oferece, assim, uma definição ampla, mas significativa, da ideia de “esquerda” na política, destacando dois elementos centrais que costumam caracterizá-la: a busca por transformações sociais e a atuação a partir das camadas populares. Mesmo reconhecendo a vagueza dos termos “esquerda” e “direita”, Cohn observa que a esquerda é tradicionalmente associada a projetos de mudança e justiça social, enquanto a direita tende a ser identificada com a preservação da ordem vigente e os interesses de grupos privilegiados.

O autor também chama atenção para o caráter ambivalente do termo “esquerda”: dependendo da perspectiva de quem observa, ela pode representar uma esperança, quando vista como motor de progresso e inclusão, ou uma ameaça, quando percebida como risco à estabilidade ou aos privilégios existentes. Ainda assim, independentemente da avaliação feita, os dois traços fundamentais – mudança social e base popular – permanecem como marcadores simbólicos e políticos do campo da esquerda.

Quanto à composição desse espaço político e aos seus objetivos, uma definição central é a de Marcelo Ridenti. Segundo o sociólogo, a esquerda pode ser entendida, “numa formulação sintética, mas de sentido amplo”, como “as diferentes forças políticas que criticam a ordem capitalista estabelecida, identificando-se com as lutas por transformações socializantes” (Ridenti, 2010, p. 10).

Na mesma direção, Marco Aurélio Garcia oferece outra contribuição relevante ao definir a esquerda como:

(...) expressão de um campo de forças sociais e políticas e de correntes ideológicas heterogêneas que agrupa socialistas, comunistas (e suas dissidências), libertários, crescentemente setores cristãos, e que se inscrevem em uma perspectiva crítica ao capitalismo, ainda que a natureza, os pressupostos e, sobretudo, as consequências práticas dessa crítica difiram em cada caso, oscilando entre a reforma e a revolução, para ficar na dicotomia já clássica (Garcia, 1986, p. 194).



Essas definições ressaltam dois elementos centrais para a compreensão do campo da esquerda no Brasil: de um lado, a crítica ao capitalismo como eixo estruturante, ainda que formulada de maneiras distintas; de outro, a pluralidade interna que caracteriza esse campo, tanto em termos ideológicos quanto estratégicos. Ao enfatizar a identificação com lutas por transformações socializantes, Ridenti propõe uma delimitação que articula crítica e projeto, sem restringir a esquerda a uma única matriz teórica ou organizativa.

Marco Aurélio Garcia, por sua vez, reforça essa amplitude ao destacar a coexistência de correntes diversas – marxistas, libertárias, cristãs – e a variedade de respostas práticas diante da ordem capitalista, do reformismo à revolução. Essas abordagens são particularmente importantes para este estudo, pois permitem compreender a esquerda não como um bloco homogêneo, mas como um campo dinâmico de elaboração crítica, disputa ideológica e intervenção política, que assume contornos específicos no contexto brasileiro.

Cláudio Gonçalves Couto enfatiza que a esquerda é, acima de tudo, uma posição política relacional, que só se define em contraste com a direita. Com base em Norberto Bobbio, afirma que “enquanto a esquerda propugna pela igualdade, a direita não só aceita, mas inclusive defende a desigualdade – e daí é possível fazer uma série de derivações” (Couto, 2022, p. 172).

As formulações de Cohn e Couto, em particular, estão menos preocupadas em oferecer uma definição rígida e mais interessadas em evidenciar como a ideia de esquerda funciona como uma categoria política relacional, construída em oposição à direita e cujos significados variam conforme o contexto histórico e os sujeitos envolvidos. Essas contribuições são relevantes por demonstrarem que o conceito de esquerda é mais amplo e não se restringe às correntes marxistas, socialistas ou comunistas, frequentemente a ele associadas no senso comum – ainda que, em muitos casos, de fato o sejam. Nesse sentido, pode parecer paradoxal, mas, se o critério de distinção for a defesa da igualdade, em determinadas circunstâncias, até mesmo um social-democrata ou um liberal pode ser situado à esquerda, especialmente quando comparado a um conservador, reacionário ou autoritário.

Ruy Fausto aborda a questão sob outra perspectiva – o critério da liberdade – ao destacar que a esquerda sempre representou não apenas uma oposição ao capitalismo, mas também uma ruptura com todas as formas de opressão, inclusive aquelas praticadas por regimes que se autodeclaravam de esquerda. Segundo o filósofo, partidos, movimentos e regimes estão sujeitos à degradação: ao longo do tempo, podem sofrer transformações profundas e até adotar práticas contrárias àquelas que originalmente defendiam – muitas



vezes mantendo, contudo, as mesmas denominações. Ou seja, mesmo continuando a se intitular “de esquerda”, determinadas forças políticas podem assumir discursos e posturas autoritárias que deveriam, em princípio, combater.

Numa perspectiva de projeto, se a esquerda não desenvolver a capacidade de distinguir com precisão os nomes das coisas, corre o risco de se desorientar, uma vez que a história frequentemente opera como um jogo de dissimulação, no qual os nomes e os processos reais – de avanço ou retrocesso – se confundem. É essencial lembrar que também existem regressões históricas. Diante disso, torna-se indispensável uma superação crítica radical – tanto no plano teórico quanto no prático – do legado totalitário. Somente sob essas condições será possível vislumbrar um futuro para a esquerda (Fausto, 2017).

Por fim, nesse esforço de compreensão crítica da esquerda, destaca-se também a contribuição recente de José Maurício Domingues, para quem o grande desafio contemporâneo consiste em reconstruir uma identidade de esquerda que seja simultaneamente radical em seus princípios – socialista, democrática, ecológica e igualitária – e realista em sua ação política. Segundo Domingues (2021), para que a esquerda reencontre sua vocação emancipatória, é preciso atualizar sua agenda, evitar o pragmatismo imediatista e articular estratégias de curto e longo prazo capazes de enfrentar tanto a crise da democracia quanto a ascensão da extrema-direita. Pensar a esquerda no século XXI, portanto, exige não apenas retomar suas tradições críticas, mas também projetar, com clareza e responsabilidade, os caminhos possíveis para sua reinvenção.

Essas concepções são relevantes por abrangerem uma diversidade de correntes e movimentos que, embora distintos em suas estratégias, ênfases e fundamentos teóricos, compartilham o objetivo comum de questionar as estruturas do capitalismo e promover formas alternativas de organização social baseadas na igualdade, na solidariedade e na ampliação dos direitos sociais. Ao adotar essa perspectiva, evita-se uma definição estreita ou sectária da esquerda, reconhecendo-se sua pluralidade histórica e suas distintas expressões no contexto brasileiro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura política brasileira nas primeiras décadas do século XXI impôs à esquerda um conjunto de desafios particularmente complexos, exigindo não apenas resistência ao avanço autoritário, mas também a formulação de respostas teóricas e



práticas à altura da crise democrática. Este artigo procurou demonstrar que o campo das ciências sociais, sobretudo em sua vertente crítica e radical, oferece ferramentas fundamentais para compreender os impasses históricos do país e, ao mesmo tempo, apontar caminhos para sua superação. Ao revisitarmos a formação do pensamento social e político no Brasil, bem como suas diversas inflexões ao longo do tempo, torna-se evidente que a tradição intelectual crítica não apenas interpretou as contradições nacionais, mas também participou ativamente das disputas políticas em torno de projetos de transformação.

A ascensão da extrema-direita – com sua retórica antipolítica, seu ataque às instituições democráticas e sua negação de direitos sociais – torna ainda mais urgente a tarefa de repensar a esquerda brasileira, não como um bloco homogêneo, mas como um campo plural em busca de reconstrução e rearticulação. Frente ao esgotamento de modelos tradicionais de representação, à fragmentação das bases sociais do progressismo e à crescente influência das redes digitais na mediação política, a esquerda precisa reinventar suas formas de atuação, sem abrir mão do compromisso com a igualdade, a democracia e os direitos.

Diante da fragmentação das formas tradicionais de representação e da ofensiva ideológica da extrema-direita sobre os movimentos sociais, torna-se fundamental que a esquerda brasileira retome com mais força suas bases sociais históricas. Isso significa reconstruir vínculos com os trabalhadores, os sindicatos, as escolas públicas, os serviços essenciais, os movimentos populares e os territórios periféricos, que vêm sendo sistematicamente deslegitimados e criminalizados. Essa rearticulação com os setores mais vulneráveis da sociedade resgata não apenas a vocação original da esquerda, mas também retoma experiências exitosas do passado, como o Novo Sindicalismo surgido entre 1978 e 1980, no final da Ditadura Civil-Militar. Reativar essas conexões de base é condição decisiva para reconstituir um campo político enraizado, capaz de enfrentar os desafios do presente com legitimidade social e densidade democrática.

Nesse processo, o pensamento radical – enraizado em uma tradição crítica que alia análise estrutural e prática transformadora – pode desempenhar um papel decisivo. Ele permite não apenas desnaturalizar a ordem vigente, mas também resgatar a capacidade utópica da política, recolocando no centro do debate questões como justiça social, soberania popular e emancipação. Em um momento de retração democrática e avanço do conservadorismo, pensar “pela raiz” não é apenas um exercício teórico, mas uma exigência



prática para quem busca reconstruir sentidos coletivos, fortalecer vínculos de solidariedade e reconstruir, com base popular e horizonte crítico, o futuro da esquerda no Brasil.

REFERÊNCIAS

Alonso, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, São Paulo, nº especial, p. 49-58, 2017.

Bastos, Elide Rugai. Octavio Ianni: diversidade e desigualdade. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Botelho, André; Lahuerta, Milton. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. **Perspectivas**, Araraquara, n. 28, p. 7-15, 2005.

Brandão, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.

Brasil Jr., Antonio; Jackson, Luiz Carlos; Paiva, Marcelo. O pequeno grande mundo do pensamento social no Brasil. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 91, p. 1-38, 2020.

Candido, Antonio. Entrevista: Antonio Cândido de Mello e Souza (1974). **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 34, p. 3-13, 2011 (Edição especial).

Candido, Antonio. Radicais de ocasião (1978). In: _____. **Teresina etc.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

Candido, Antonio. Radicalismos (1990). In: _____. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

Castells, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. São Paulo: Zahar, 2018.

Cohn, Gabriel. Perspectivas da esquerda. In: Ianni, Octavio; Singer, Paul; Cohn, Gabriel; Weffort Francisco. **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Court, Claudio Gonçalves. O que é esquerda? In: FRATINI, Juliana (Org.). **Ideologia: uma para viver**. São Paulo: Matrix, 2022.

Domingues, José Maurício. **Uma esquerda para o século XXI**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2021.

Englander Alexander Couto; Ricupero, Bernardo; Helayel, Karim; Bellinelli, Leonardo. Pensamento social e político brasileiro pós-1964: atores coletivos, instituições e mudança social. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 89, p. 1-11, 2024.



Fausto, Ruy. **Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Garcia, Marco Aurélio. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. In: Moraes, Reginaldo; Antunes, Ricardo; Ferrante, Vera Bota (Org.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Godoy, José Henrique Artigas de; Freitas JR, Moacir. Pensamento social e político brasileiro: buscar no passado as explicações para o presente político e social brasileiro. **Argumentos**, Montes Claros, v. 16, n. 2, p. 4-17, 2019.

Ianni, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

Limongi, Fernando. **Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato**. São Paulo: Todavia, 2023.

Lynch, Christian. Um pensador da democracia: a ciência política de Wanderley Guilherme dos Santos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 1, p. 1-46, 2020.

Löwy, Michael. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**. São Paulo: Livraria de Ciências Humanas, 1979.

Marx, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010 [1843].

Miguel, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

Miguel, Luis Felipe. Despolitização e antropolítica: a extrema-direita na crise da democracia. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 2, p. 8-20, 2021.

Perruso, Marco Antonio. Classificações do pensamento brasileiro em perspectiva sociológica. **Lua Nova**, São Paulo, n. 111, p. 211-248, 2020.

Ridenti, Marcelo. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Santos, Wanderley Guilherme. **A imaginação política brasileira: cinco ensaios de história intelectual**. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

Schwarcz, Lilia; Botelho, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 11-16, 2011.

Singer André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



NOTAS

HISTÓRICO

Recebido em: 23/05/2025

Aprovado em: 14/07/2025

Publicado em: 11/08/2025



CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Em Tese os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional (CC BY). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

